

ZEIS Já! Campanha de Comunicação de Utilidade Pública pelo Direito à Moradia e à Cidade em Salvador¹

Marcos Bau Carvalho²

Resumo

Este texto busca operar uma articulação teórica entre dois conceitos utilizados pelo geógrafo britânico David Harvey e reflexões sobre a experiência de articulação social ZEIS Já! Campanha pelo Direito à Moradia e à Cidade em Salvador. Nesta busca, as idéias de agentes de transformação social e a teoria dos desenvolvimentos geográficos desiguais são atravessadas pelos conceitos de *escala* e *tradução* em confronto com reflexões sobre a experiência social centrada em ações comunicacionais de uma campanha de utilidade pública. A montagem resultante da operação desenvolvida sugere que há lacunas a serem percebidas e articuladas na atual época de expansão das técnicas algorítmicas comunicacionais, quando os interesses coletivos materiais e simbólicos nas cidades estão em disputa em seus campos concretos e virtuais.

Palavras-chave

Comunicação e Cidadania; ZEIS; Direito à Cidade; Participação Social; Salvador Bahia.

O projeto "ZEIS Já! Campanha pelo Direito à Moradia e à Cidade em Salvador" se iniciou em 2020 alguns meses após o início das restrições sanitárias impostas pela pandemia provocada pelo novo coronavírus, e com o objetivo inicial de realizar uma campanha de comunicação, formação e mobilização voltada ao fortalecimento dos interesses coletivos pela implementação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) no município de Salvador. Somos parte da equipe de coordenação do projeto e o resultado esperado das atividades desenvolvidas é a contribuição na ampliação do conhecimento, engajamento e articulação de comunidades, do sistema de justiça e de gestores públicos na afirmação dos territórios de ZEIS e a garantia do direito à moradia e à cidade.

Salvador, capital do Estado da Bahia, é uma cidade profundamente marcada pela histórica desigualdade social que constitui o Brasil. Assim como outras grandes cidades brasileiras e de

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (GT) Relações Públicas, Política e Sociedade, atividade integrante do XV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas.

² Docente da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia. marcos.carvalho@ufba.br

tantos outros países periféricos na economia mundial, Salvador apresenta explicitamente em suas ruas a enorme exclusão material e simbólica imposta estruturalmente a uma maioria por uma minoria³. A grande variação do tamanho e qualidade das edificações e da estrutura básica urbana entre diferentes regiões da cidade, bairros, ruas e muitas vezes até mesmo casas vizinhas revela muito bem a dimensão da desigualdade social. Assim como é enorme a diferença na quantidade muito maior da parte mais desfavorecida da sociedade frente a uma minoria favorecida em diversas dimensões sociais. Carvalho e Pereira (2014) analisam e discutem as mudanças registradas nos primeiros anos do século XXI em Salvador, principalmente no que se refere à sua estrutura social e urbana e encerram seu trabalho comentando sobre o processo de reestruturação em que Salvador vem sendo

objeto de um movimento crescente de privatização seletiva, comercialização e exclusividade no uso e consumo do espaço urbano, fica patente que, com as mudanças ocorridas nessas primeiras décadas do século XXI, Salvador e sua região metropolitana mantêm um dinamismo de tendências cada vez mais excludentes e corporativas e, como tal, menos cidadãs. (CARVALHO e MOREIRA, 2014, p. 258)

Escalas na cidade

Em seu livro “Espaços de Esperança” (2006) o geógrafo britânico David Harvey discorre sobre a teoria dos desenvolvimentos geográficos desiguais e os direitos universais. Ele destaca a importância de um dos fundamentos desta teoria que é a compreensão da produção do espaço a partir de múltiplas escalas como fundamental para estudos e o desenvolvimento social urbano na contemporaneidade (p. 107). Para este autor, a simplificação de escalas em estratégias de ações de combate a exclusão e a desigualdade social torna tais estratégias mais frágeis frente as forças e dinâmicas dos fluxos de concentração de riqueza que operam criando e reinterpretando sempre novas possibilidades sobre os territórios em múltiplas camadas e escalas.

Um erro comum tanto de compreensão analítica como de ação política decorre do fato de, com demasiada frequência, nos aprisionamos numa dada escala de pensamento, tratando então as diferenças nessa escala como a linha fundamental de clivagem política. Julgo ser esse um dos mais disseminados erros a advir de toda pletora de discursos sobre globalização a que nos vemos expostos atualmente. Ele sustenta erroneamente que tudo é determinado fundamentalmente na escala global. (HARVEY, 2006, p.112)

³ Segundo dados do IBGE de 2022 Salvador tem entre as capitais brasileiras a terceira maior população residente e a nona maior economia. O Boletim Desigualdades nas Metrôpoles aponta ainda a Região Metropolitana de Salvador com a vice-liderança negativa no percentual da população vivendo em extrema pobreza (SALATA e RIBEIRO, 2022, p.30).

Se por um lado os fluxos financeiros globais estão cada vez mais dinâmicos e voláteis influenciando (e às vezes até reformulando radicalmente) os ambientes urbanos, outras soluções, ferramentas e caminhos percorridos por variados tipos de construções coletivas e individuais também têm sua importância, e mesmo que em representatividade muito menor no plano concreto de escalas locais, se fazem presentes e fundamentam redes de mobilização e conquistas parciais em muitos lugares e escalas muitas vezes não percebidas. A diferença entre a realidade dos fluxos financeiros e a escala local é que a primeira por diversos motivos operam sempre em diferentes escalas com algum nível de articulação, e até mesmo criam novas escalas e fronteiras de negócios, enquanto na realidade mais ampla e fragmentada da grande maioria desfavorecida é maior o desafio de articulações multiescalares nas ações.

Exemplos dessa luta constante podemos encontrar na construção de políticas públicas de democratização e acesso a moradia digna que apresentam muitos momentos de fragilidade enquanto conquistas coletivas, mas também se perenizam no tempo através de leis e reconhecimentos legais que apontam para o sentido da melhoria coletiva. A partir de meados do século XX no Brasil, com a explosão demográfica das cidades brasileiras⁴ a movimentação social pela moradia digna ganha corpo e a representatividade política que, se não conseguem alterar o cenário profundamente desigual das nossas cidades, não deixa de ser importante porque aponta para os pactos sociais que devem ser encaminhados, e assim chegam a regulamentar percursos jurídicos que reconhecem a regularização fundiária e a melhoria na qualidade das moradias em assentamentos precários como prioridade de políticas públicas.

O conceito de ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) é relativamente novo, foi institucionalizado em 2001 no estatuto da cidade e durante a primeira década do século XXI foi sendo adotado nos planos diretores das cidades por obrigação legal. Em Salvador ele aparece primeiro no plano diretor de desenvolvimento urbano (PDDU) de 2008 e na sua revisão em 2016, quando foram demarcadas 234 ZEIS para serem regulamentadas.

As ZEIS são áreas da cidade destinadas à moradia popular. Nas ZEIS, a prefeitura deve atender de forma prioritária uma comissão com moradores⁵ em cada uma destas zonas para a

⁴ Em 1940 Salvador tinha pouco mais de 290 mil habitantes e no ano 2000 já tinha pouco mais de 2.44 milhões de habitantes (ANDRADE, 2009, p.147)

⁵ Ver a lei municipal nº 9.069 /2016 que dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador – PDDU 2016, principalmente do artigo 77 ao 82. Disponível em: <https://sedur.salvador.ba.gov.br/pddu-2016/18-legislacao/65-leis-pddu> . Acesso em 03 de Março de /2023.

regularização dos seus terrenos e a urbanização, incluindo infraestrutura e equipamentos como escola, posto de saúde, espaços e políticas de lazer e cultura. Essa determinação legal foi resultado de disputas políticas por décadas durante o século XX no Brasil⁶, sempre com pressão de movimentos sociais nos espaços legislativos, e mesmo que na prática tenha alterado muito pouco as cidades brasileiras ainda extremamente desiguais, marca a compreensão da dívida do Estado com amplas áreas urbanas que se consolidaram de forma autônoma e muitas vezes com nenhum investimento público. São as favelas, comunidades, assentamentos precários e muitas outras denominações para imensas áreas urbanas ocupadas pelas classes economicamente mais desfavorecidas da sociedade.

Em Salvador isso significa 20% do território do município, porém ocupado por mais de 50% dos habitantes da cidade⁷, áreas que muitas vezes durante o século XX nem sequer eram tratadas nos planos urbanos dos poderes públicos, muito menos motivos de investimento e ações estatais, mas pelo contrário, eram áreas recorrentemente expostas a ação da truculência estatal em defesa da propriedade privada e contra o reconhecimento na constituição de 1988 da função social da propriedade. Essas zonas ainda hoje continuam vítimas da omissão das prefeituras, porém com o Estatuto da Cidade de 2001 decorrente da Constituição de 1988 ficou determinada a obrigação de reconhecimento e prioridade de desenvolvimento destas áreas.

Assim ao menos passou a existir um caminho legal para que sejam constituídos os entes jurídicos representantes destas áreas urbanas (a partir da organização social em comissões de cada ZEIS) necessários à realização das ações legais com os poderes públicos previstas na legislação criada. Esse reconhecimento também passa pela obrigatoriedade dos poderes públicos municipais em realizar a regularização fundiária nas ZEIS, inclusive quando for necessário flexibilizando normas e procedimentos específicos para áreas específicas a fim de alcançar tal regularização tanto das áreas ocupadas, quantos de áreas vazias que devem ser destinadas pelos próprios poderes públicos para novas habitações sociais.

A questão que se coloca então a partir dessa constatação (de que já existe um reconhecimento legal dessas ocupações urbanas) é que: talvez um dos maiores desafios para a concretização da regulamentação e impulso ao desenvolvimento dessas zonas pode ser a falta da consciência

⁶ Ver CARTY e COSTA, 2014.

⁷ Ver em Fundação Mario Leal Ferreira da Prefeitura de Salvador "Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)". Disponível em <http://www.fmlf.salvador.ba.gov.br/index.php/planos-e-projetos/planos/zonas-especiais-de-interesse-social-zeis>. Acesso em: 2 de Março de 2023.

coletiva por parte da sociedade interessada diretamente sobre a existência desse arcabouço institucional, e que a composição das representatividades nas comissões deve ser o principal agente de todo esse processo junto aos poderes públicos envolvidos.

Tradução política e comunicação

Ainda em seu livro “Espaços de Esperança” (2006) David Harvey desenvolve sua argumentação sobre a teoria dos desenvolvimentos geográficos desiguais e os direitos universais abordando o diálogo aberto e as interações práticas (inclusive conflituosas) como necessárias ao estabelecimento de conexões em diferentes escalas (p. 332). O autor afirma que o agente de uma ação transformadora “tem de dispor de condições para traduzir aspirações políticas entre a incrível variedade e heterogeneidade de condições socioecológicas e político-econômicas. Ela ou ele tem também de ser capaz de vincular diferentes construções e representações discursivas do mundo” (p. 320).

Para Harvey (2006), essa habilidade de traduzir aspirações políticas entre diversidade e heterogeneidade de condições sociais vinculando representações discursivas é condição básica para o avanço rumo a compreensões compartilhadas, pois para ele “sem tradução tornam-se impossíveis formas coletivas de ação” (p.321). Desta forma, ações que objetivam a transformação social também se constituem de ações comunicacionais que traduzem aspirações políticas coletivas em disputa com dinâmicas hegemônicas alimentadoras da desigualdade urbana.

Diversos autores tratam sobre múltiplas abordagens desse campo da comunicação implicada com a mobilização e transformação social em contextos de amplas desigualdades. Nestas abordagens, características diferentes podem nortear o emprego correto de termos distintos para essa comunicação, tais como: alternativa, popular ou comunitária, entre outros⁸. De todo modo, em comum é o fato de que serão ações em contextos de desigualdade, e que têm relações com essas habilidades de tradução entre diversidades e heterogeneidades evocadas por Harvey.

Associando as idéias citadas até aqui de desenvolvimentos geográficos desiguais, agentes de transformações sociais e ações comunicativas se conformam uma série de possibilidades de articulação entre diferentes escalas sociais, desde os sujeitos atuantes enquanto corpo

⁸ Ver: PAIVA (2007), PERUZZO (1998 e 2013), FESTA (1986), entre outros.

subjetivo em seu núcleo relacional mais próximo, passando pelas associações e organizações locais colaborativas, redes de ação entre essas associações e organizações em territórios comuns, articulação entre essas redes em diferentes territórios na cidade, as relações com os poderes públicos locais e entre diferentes regiões e estados, e até nacionais e internacionais.

No campo comunicacional em relação a questão das ZEIS se coloca então o desafio da criação de condições de articulação em heterogeneidade de condições e escalas sociais não só para a produção de conteúdo informacional e de mobilização que traduza as conquistas legais históricas, mas sobretudo o entendimento da necessidade de institucionalização desta comunicação de forma organizacional, não só no âmbito dos poderes públicos mas também da própria sociedade em geral.

Com questões desta ordem em ebulição, durante o ano pandêmico de 2020 um grupo de agentes sociais formado por lideranças comunitárias, militantes e acadêmicos com experiência em comum de anos de articulação de projetos em diversos territórios da cidade⁹ reforça em momentos coletivos realizados de maneira remota através de ferramentas digitais a necessidade de que os coletivos locais tomem conhecimento e se engaje nas lutas de outros coletivos locais assim como de outros territórios, não só como apoio às lutas, formação e produção de conhecimento dentro dos territórios e entre eles, mas também como estratégia política de fortalecimento de interesses coletivos em escalas maiores de cidade, região e país.

O projeto “ZEIS Já! Campanha pelo Direito à Moradia e à Cidade em Salvador” então surge em 2021 como uma ação de comunicação de utilidade pública, fruto de diversas experiências coletivas acumuladas que reconheceram a necessidade de difusão das conquistas sociais no campo jurídico como possibilidade de ação transformadora e fomentadora da disputa material e simbólica do direito à cidade, mesmo que inicialmente apenas no ambiente virtual das redes digitais naquele momento.

O processo da campanha

Com o principal objetivo centrado não só na contribuição ao amplo conhecimento do instrumento jurídico das ZEIS, mas também no engajamento e articulação de diversos agentes sociais e institucionais pela defesa e afirmação dos territórios de ZEIS, o projeto priorizou

⁹ Entre outros agentes, o grupo de pesquisa Lugar Comum do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia é aglutinador de boa parte dessas experiências.

desde suas diretrizes iniciais a construção coletiva de conhecimentos e a troca de saberes. Assim foi sendo constituída uma rede de articulação que ao longo dos meses da execução do projeto foi conquistando novos engajamentos, e essa rede também foi o espaço para criação de um sítio eletrônico¹⁰ e uma série de peças de comunicação como infográficos, vídeos curtos e cartões gráficos veiculados nas redes sociais do projeto (Instagram¹¹, Twitter¹², Facebook¹³, Youtube¹⁴ e grupo de WhatsApp¹⁵).

O projeto iniciado em 2021 foi realizado em duas etapas naquele ano, e na primeira etapa aconteceu a definição das diretrizes de trabalho, a criação e o planejamento iniciais da campanha de comunicação, envolvendo agentes sociais de territórios com professores e estudantes de três universidades locais que já estavam engajados até aquele momento em processos relacionados a áreas de ZEIS em Salvador. Na segunda etapa ocorreu a execução da campanha propriamente dita, incluindo a realização de três oficinas formativas que também foram a fonte principal da criação de conteúdos a serem veiculados, e ainda a consolidação e publicação na internet de um sítio eletrônico¹⁶ com uma biblioteca de conteúdos já existentes sobre ZEIS, além de todo o material produzido durante a campanha pelo grupo inicial que foi crescendo a partir de novos engajamentos.

Como método, inicialmente foi consolidado um Mapa de Contatos dos participantes já envolvidos e a partir dos primeiros encontros iniciou-se a elaboração de um Mapa de Importância, registrando os sentidos atribuídos pelo grupo ao instrumento ZEIS na defesa e afirmação dos seus territórios. Esse processo se materializou em peças iniciais de comunicação que no futuro durante a execução da campanha iriam retroalimentar novos engajamentos, nas redes sociais e nas oficinas virtuais que seriam realizadas na segunda etapa. Esta etapa inicial envolveu debates virtuais que possibilitaram uma interação mais

¹⁰ Ver www.zeisja.org

¹¹ Ver https://www.instagram.com/zeis_ja/

¹² Ver https://twitter.com/zeis_ja

¹³ Ver <https://www.facebook.com/Campanha-ZEIS-J%C3%A1-104469758645915/>

¹⁴ Ver <https://www.youtube.com/channel/UC3bFzYuK6pLOE5uFqq85VXQ>

¹⁵ Ver <https://api.whatsapp.com/send?phone=557196312780>

¹⁶ Ver www.zeisja.org

próxima das questões que afloram dos territórios e então os sentidos atribuídos às ZEIS pelos participantes foram orientadores da implementação da campanha. (ZEIS JÁ, 2021, p.8)

Toda essa articulação inicial acabou formando o que foi nomeado naquele momento de comitê da campanha que seria depois ampliado na segunda etapa com novos engajamentos gerados pelas publicações e a partir das oficinas que seriam realizadas, esse grupo ampliado então passaria a ser chamado de Coletivo das Oficinas.

No âmbito do grupo geral de trabalho da campanha os participantes envolvidos em atividades acadêmicas formaram a Equipe de Apoio que com características interdisciplinares era composta por professores e estudantes bolsistas e voluntários de graduação e pós-graduação vinculados a Universidade Estadual de Feira de Santana¹⁷, Universidade Católica de Salvador¹⁸ e Universidade Federal da Bahia¹⁹, além de algumas militantes associadas do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico que se agregaram a esta equipe de apoio. Ao menos aparentemente a formação deste subgrupo técnico da campanha sugere a potência da inter e da transdisciplinaridade existente na questão do Direito à Cidade, e o rebatimento disso na produção do conhecimento acadêmico.

Para melhor coordenação das ações demandadas pelo comitê da campanha, a equipe de apoio foi estruturada internamente em quatro Núcleos de Trabalho: Núcleo de Pesquisa e Insumos, Núcleo Político e Gestão de Contatos, Núcleo de Produção de Peças e Núcleo de Oficinas. Esta estruturação direcionou as atividades em frentes de trabalho paralelas imprimindo ritmo nas realizações, e foi organizada a partir das habilidades e interesses autodeclarados pelos participantes. As funções de cada núcleo foram atribuídas da seguinte forma: o Núcleo de Pesquisas e Insumos coleta dados e constrói referências relacionadas às ZEIS; o Núcleo Político e de Gestão de Contatos foi responsável pela criação, sistematização e atualização

¹⁷ Universidade Estadual de Feira de Santana através do Curso de Direito com integrantes do grupo de pesquisa Territorialidade, Direito e Insurgências.

¹⁸ Universidade Católica de Salvador e seu Programa de Pós-graduação em Território, Ambiente e Sociedade com integrantes do Grupo de Pesquisa DCidade - Processos Urbanos e Direito à Cidade, do Grupo de Pesquisa Gestão Democrática das Cidades, e do Grupo de Pesquisa Território em Resistência;

¹⁹ Universidade Federal da Bahia, tanto da Faculdade de Arquitetura com integrantes da Residência AU+E, do Grupo de Pesquisa Lugar Comum, do Grupo Margear e do Coletivo Escalar; também da Faculdade de Direito com estudantes integrantes do Serviço de Apoio Jurídico (SAJU); quanto da Faculdade de Comunicação com a participação de integrantes da Agência Experimental em Comunicação e Cultura, da Agência de Notícias em Ciência e Cultura, e do Laboratório Audiovisual (LabAV);

dos dados do Mapa de Contatos assim como da coordenação política das relações entre os diversos agentes com a equipe de apoio; o Núcleo de Produção de Peças produz as peças comunicacionais e de imprensa demandadas pela campanha, e também faz a gestão das redes sociais e seus impulsionamentos; e o Núcleo de Oficinas concebe e coordena a realização das oficinas formativas e também geradoras dos conteúdos a serem produzidos pela campanha (ZEIS JÁ, 2021, p. 10).

A divisão da equipe de apoio em núcleos de trabalho definiu objetivos que permitiram que nas reuniões gerais da equipe fosse planejada a execução dos encaminhamentos determinados pelo comitê (e na segunda etapa pelo coletivo das oficinas), apresentadas as produções dos núcleos e discutidas as interações e alterações necessárias.

A partir dos primeiros encontros do comitê foi elaborada uma descrição sucinta dos conceitos e objetivos do projeto para criação da identidade visual da campanha. Com esse documento foi criada de maneira voluntária pela empresa Leiaute Propaganda como apoio solicitado pela campanha uma proposta de identidade visual e diretrizes criativas, que foram então adequadas e aprovadas pelas reuniões seguintes do comitê. Neste momento também, e a partir de recursos disponibilizados por uma Chamada Pública Simplificada promovida pelo Ministério Público do Estado da Bahia, foram realizadas contratações de estudantes bolsistas e de uma empresa de comunicação para apoio na elaboração do plano de campanha, na produção de vídeos mais complexos e na assessoria de comunicação junto a jornais e revistas de grande circulação.

Ainda na primeira etapa do projeto se consolidou o plano de campanha com o conceito metodológico das oficinas formativas como encontros centrais para a estratégia da campanha, onde foram se definindo desde a concepção do sítio eletrônico, aos tipos de peças de divulgação e a agenda de postagem nas redes sociais durante todo o período da campanha, prevendo-se peças articuladas a pautas específicas que dialogassem com eventos relativos ao tema da campanha e deixando margem para um diálogo com acontecimentos do dia a dia sobre os territórios de ZEIS. Como estratégia para potencializar mais engajamentos institucionais foi incluída também a elaboração de artigos para veiculação em jornais e revistas, dentre outras estratégias e formas de inserção da campanha na agenda pública.

O sítio eletrônico da campanha foi concebido e publicado no endereço virtual www.zeisja.org para atender algumas questões estratégicas que surgiram nas discussões iniciais do comitê. A questão mais básica é a necessidade de simplificação de acesso em um único endereço virtual tanto das peças produzidas para as redes sociais da campanha e artigos elaborados pela equipe, como também para um acervo sistematizado de bibliografia e materiais diversos já existentes sobre ZEIS. Uma outra questão que surgiu neste momento nas reuniões do comitê foi a possibilidade de ser inserida no sítio eletrônico da campanha uma ferramenta de consulta interativa e georreferenciada para uso em qualquer aparelho celular de um mapa das ZEIS no município, onde qualquer pessoa pode consultar se a sua localização por GPS do aparelho celular no momento do uso está inserida dentro de alguma poligonal de ZEIS demarcada no PDDU de Salvador.

Com todas essas definições e uma parte inicial das peças e do sítio eletrônico construídas a partir das reuniões virtuais do comitê da campanha e também da equipe de apoio, se inicia a segunda etapa do projeto e nos primeiros dias do mês de setembro de 2021 começaram a ser executadas as primeiras publicações nas redes sociais e no sítio eletrônico previstas no cronograma do plano de campanha. A partir da atualização do Mapa de Contatos foram enviadas mensagens para mobilização de possíveis parceiros a fazerem parte da campanha e das oficinas formativas que seriam então realizadas, incluindo aí contatos identificados em sítios oficiais de órgãos públicos, entidades diversas e pessoas relacionadas ao tema. O Mapa de Contatos cresceu substantivamente ao longo da campanha, principalmente na segunda etapa com a adesão de novas lideranças e ampliação da abrangência de territórios de ZEIS representados no Coletivo das Oficinas (ZEIS JÁ, 2021, p. 16).

Nesta segunda etapa do processo em 2021, dois eixos da campanha (comunicação e formação) se retroalimentam durante todo o processo. Assim, as peças produzidas pela equipe de apoio contribuem nas oficinas de formação sobre o tema das ZEIS, ao passo que tais oficinas produzem insumos para a produção de novas peças e conteúdos da campanha. Assim ocorre um aprofundamento dos conteúdos traduzidos pela campanha que legitima e fortalece o processo, quando os agentes e territórios participantes se reconhecem nas novas peças produzidas (ZEIS JÁ, 2021, p. 18).

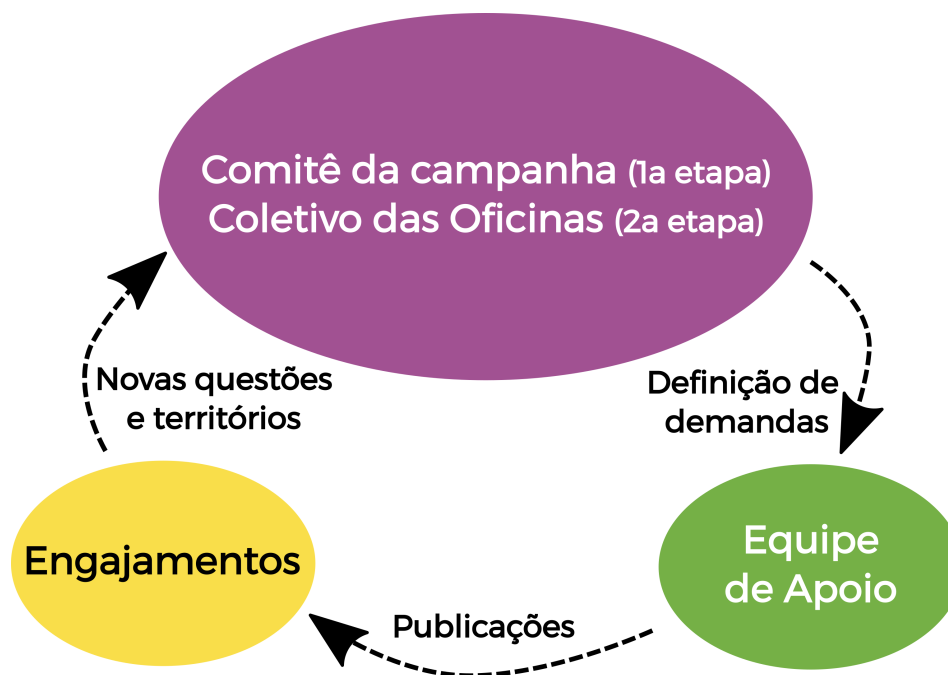


Figura 1 - Diagrama da estrutura de funcionamento da campanha.
Fonte: elaborado pelo autor.

Até o início de 2022 diversos tipos de conteúdos foram produzidos e publicados, sendo dezenas de cartões gráficos, dois vídeos educativos, duas dezenas de vídeos com depoimentos diversos em apoio a implementação de ZEIS, cartilha virtual e impressa com informações didáticas sobre o tema, a consolidação do sítio eletrônico da campanha como repositório público de acervo relativo a ZEIS, e para sensibilização dos públicos específicos de órgãos públicos e do sistema de justiça foi produzida a websérie “A ZEIS e o Direito” com depoimentos de juristas reconhecidos e outras pessoas da área do direito esclarecendo pontos diversos sobre o instrumento jurídico das ZEIS.

O primeiro semestre de 2022 é dedicado a reconfiguração da equipe de apoio, e o Coletivo das Oficinas articula a produção de um documento nomeado “Carta sobre Zeis para Salvador”. Esse documento é entendido pelos envolvidos como “um ato político, um manifesto com as ZEIS e pelas ZEIS em Salvador” (ZEIS JÁ, 2021, p. 31). Que pode ser também um texto que apoie a articulação social frente a próxima revisão do PDDU de Salvador a ser realizada até 2024. Sobre o conteúdo da Carta, foram selecionados alguns temas específicos como: publicidade e transparência; precedência

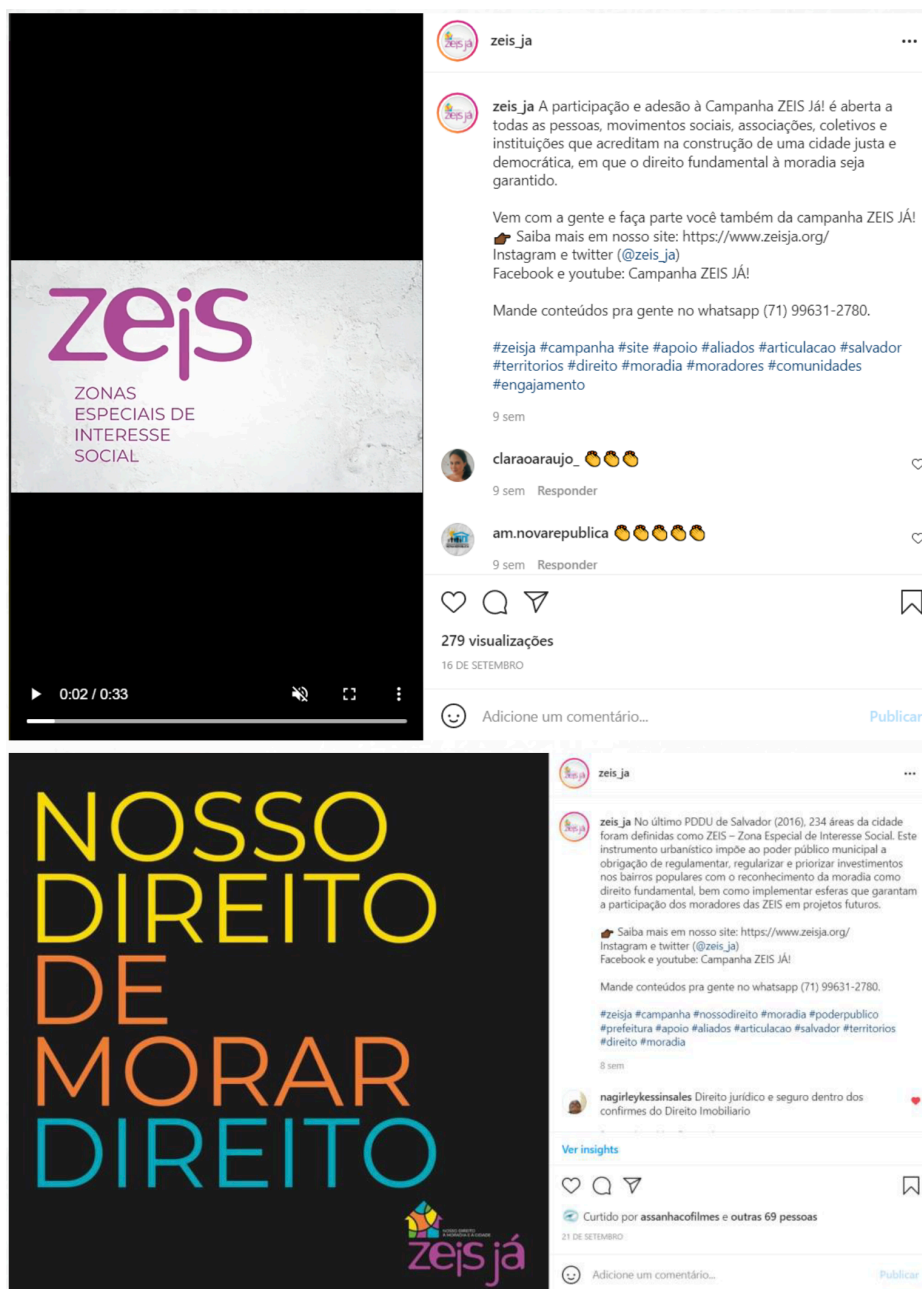


Figura 2 - Postagens no Instagram da campanha com conteúdos diversos produzidos a partir das reuniões do Comitê da Campanha.
Fonte: https://www.instagram.com/zeis_ja/

das ZEIS sobre qualquer outro instrumento do PDDU; criação de um programa de implementação das ZEIS de Salvador; criação de um fundo com fontes de recursos permanentes e vinculados para dar suporte financeiro à execução do Programa de Implementação de ZEIS; direito à assistência técnica pública e gratuita de direito, arquitetura, urbanismo, engenharia e outras áreas do conhecimento para elaboração, com os moradores, do Plano de Regularização de cada ZEIS; entre outras propostas (ZEIS JÁ, 2021, p. 32).



Figura 3 - Detalhe do site da campanha na aba Sou ZEIS? que possibilita ao usuário se localizar através do GPS no seu aparelho celular em relação ao georreferenciamento das ZEIS já demarcadas no município de Salvador.

Fonte: <https://www.zeisja.org/>

A equipe de apoio inicia a organização do conteúdo produzido para publicação em livro, e desenvolve avaliações sobre o processo acontecido até o momento. Uma das reflexões surgidas nestas avaliações foi a de que, de maneira significativa, um perfil geral do engajamento alcançado neste primeiro ano de projeto são de agentes já mobilizados ou predispostos a mobilização em disputas urbanas mais concretas do cotidiano, como associações de moradores e lideranças comunitárias envolvidas em ações por moradia ou serviços públicos, por exemplo. Um perfil secundário engajado também na campanha foram de agentes ligados ao campo jurídico envolvido no tema das ZEIS.

No segundo semestre de 2022 e com a retomada mais ampla das atividades presenciais devido ao avanço da vacinação contra a covid-19 e a queda acentuada no número de infectados no Brasil, parte da equipe de apoio se envolve em estratégias preparatórias para mobilização de agentes culturais dos territórios das ZEIS. A idéia inicial dessa preparação é a de se iniciar articulações com o objetivo de ampliar o público a ser alcançado em futuras ações do projeto

através das ações presenciais com agentes culturais nos territórios de ZEIS, pela potência de mobilização que as atividades culturais oferecem, mas de maneira central pelo fato de que essa potência vem do alcance subjetivo da cultura em cada agente de transformação social, afinal a cultura também é transmissão e realização dos valores sociais estéticos e políticos consolidados em cada momento histórico da cidadania²⁰. As trocas de saberes durante o processo reforçaram a importância dessa presença de agentes culturais neste projeto de ação para transformação social no contexto soteropolitano. Neste curso dos acontecimentos, tomamos contato com outro projeto de pesquisa e extensão universitário que trabalha com redes de agentes culturais na cidade, e promove o Encontro de Artes Nas/Das Periferias. Desse contato a campanha então foi convidada a apresentar o tema das ZEIS em diversos espaços culturais e participar de rodas de conversas em algumas edições desses encontros, articulados em redes de artes e culturas periféricas na cidade.²¹

Considerações

A experiência da campanha de comunicação de utilidade pública descrita é resultante de um acúmulo de vivências entre diversos agentes sociais em Salvador, como organizações sociais e culturais, coletivos, professores, estudantes e militantes em geral das causas sociais urbanas. Esse universo de agentes é dinâmico em articulações nestes contextos que impõem o sentido coletivo de urgência por transformações sociais. E o projeto ZEIS Já parece alcançar alguma capacidade de fluxo e correspondência mínima com a idéia de ação em múltiplas escalas sociais e tradução de aspirações políticas como condição, segundo Harvey, para que uma ação social seja transformadora no campo do direito à moradia e à cidade.

Assim, podemos afirmar que a idéia central no projeto de difusão do conceito de ZEIS para contribuir em sua regulamentação nos territórios da cidade se apresenta nas escalas do indivíduo consciente e seu entorno direto impactado pelas informações e possibilidades atreladas ao tema. Mas utilizando da comunicação enquanto ferramenta organizacional da sociedade, pretende traduzir tais aspirações políticas coletivas e articular desde esta escala pessoal, passando pelas escalas de conflitos e consensos internos de cada coletivo, a escala dos diversos coletivos de um mesmo território, a escala de articulação de diferentes territórios

²⁰ Ver WILLIAMS, 1979, p. 25.

²¹ O Encontro de Artes Das/Nas Periferias é uma realização do grupo de pesquisa e intervenção comunitária Rede ao Redor, vinculado ao Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC/UFBA).

na mesma cidade, a articulação de coletivos em cidades diferentes mas com lutas parecidas, e assim por diante.

O desafio da cultura tecnológica (a cibercultura) e seus limites, vantagens e desvantagens da mobilização no ambiente virtual frente a tradicional micropolítica presencial nos territórios²², marca todo o processo durante sua fase pandêmica da sociedade e depois a necessidade da reorganização e acumulação de forças para se desdobrar as ações nestes dois ambientes (virtual e presencial) ao mesmo tempo, assim ampliando seu alcance a públicos mais diversos. Tal desafio incrementa não só o rebatimento de conteúdo em diferentes escalas a serem alcançadas, mas principalmente a questão da tradução de informações para públicos bastante heterogêneos tanto internamente quanto externamente aos territórios. Esse eixo de reflexão sobre o processo também complexifica a compreensão dos variados recortes de públicos almejados, impondo um planejamento de ação e criação de conteúdo para uma grande heterogeneidade de estratégias, suportes, formatos, linguagens e interações necessárias para a comunicação pública enquanto tradução de aspirações políticas para a sociedade de maneira ampla.

A grande maioria das peças comunicativas geradas no processo partiram criativamente da difícil missão em traduzir conceitos jurídicos abstratos e complexos para uma linguagem de ampla compreensão pelos públicos a serem alcançados pela campanha. A questão das escolhas de termos e linguagens a serem utilizadas em determinadas ocasiões, e que têm de ser traduzidas para outras peças e ocasiões distintas atravessam permanentemente o projeto. Tal questão também se deu no sentido estratégico também de produzir uma websérie para o público de recorte social de envolvidos em atividades e já familiarizados com conceitos jurídicos, e assim foi produzida a série “As ZEIS e o Direito” com depoimentos diversos de agentes do direito onde aspectos dos conceitos jurídicos utilizados foram abordados para mobilização desse recorte do público engajado.

As resultantes dessas reflexões apontam positivamente para a possibilidade do projeto “ZEIS Já” alcançar seus objetivos centrais de difusão do instrumento jurídico e transformação social, se forem levados em conta tanto aspectos relativos ao uso e articulação de estratégias de ação diferentes para escalas de ação diferentes, quanto também aspectos relativos ao entendimento da necessária tradução de aspirações políticas no fluxo de conteúdos desenvolvidos nos

²² Durante o processo foi marcante a grande variação de aproximação e falta de intimidade com as tecnologias de comunicação digitais dos dispositivos móveis celulares por boa parte de lideranças comunitárias e outros agentes sociais.

processos para que exista alguma efetividade nas ações coletivas. Porém, o fato desta possibilidade existir não significa que a eficiência do projeto seja satisfatória, ao contrário, a cada vez que podemos constatar algum sucesso nas articulações sociais já alcançadas aumenta a silhueta do desafio brutal de diminuição da desigualdade no campo das disputas sociais urbanas.

De todo modo, mesmo o percurso percorrido das trocas de saberes com o projeto se revelar cada vez mais complexo, ao mesmo tempo se torna também cada vez mais instigante pelas infinitas formas de expressão dos desejos políticos legítimos de uma imensa parcela da população que se engaja nas causas coletivas urbanas. No campo da comunicação organizacional se apresentam possibilidades a serem melhor experienciadas como estratégias, ferramentas e plataformas que agrupem e institucionalizem de maneira mais objetiva e concreta os conjuntos de integrantes pra cada ZEIS, tornando possível a sistematização dos participantes, dos processos deliberativos e informações relativas a cada zona. Mas também que possibilitem uma organização mais estruturada dos interesses em comum em escalas maiores. Também que a tradução das informações se dê de maneira técnica por grupos específicos, mas também e principalmente de maneiras mais orgânicas por parte de qualquer agente social envolvido na causa, que se voluntarie a tal tarefa.

Assim, a montagem resultante da operação desenvolvida neste trabalho sugere então que há lacunas a serem percebidas e articuladas por ações sociais na atual época de expansão das técnicas de comunicação algorítmicas das redes sociais digitais, quando os interesses coletivos materiais e simbólicos nas cidades estão em disputa em campos relacionais concretos e virtuais. Mas as reflexões aqui elencadas gabaritam então a campanha “ZEIS Já” para esta possibilidade de transformação social nas cidades brasileiras, mesmo que esta seja só um lampejo e os resultados concretos no espaço construído ainda nem de longe se anunciam.

Referências

- ANDRADE, Adriano Bittencourt; BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. **Geografia de Salvador**. Salvador : EDUFBA, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/587/3/Geografia%20de%20Salvador%20.pdf>. Acesso em: 2 de março de 2023.
- CARTY, Carolina Gabriel; COSTA, Luiz Augusto Maia. **Dos Movimentos Sociais ao Estatuto da Cidade: breve histórico do processo de fomentação de uma nova concepção de planejamento urbano no Brasil**. Anais do III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 2014. Disponível em https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/SC/ORAL/SC-HDC-007_CARTY_COSTA.pdf. Acesso em: 2 de março de 2023.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso. **Salvador: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital - Observatório das Metrôpoles, 2014.
- FESTA, Regina. **Comunicação Popular e Alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.
- HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2006.
- PAIVA, Raquel. **O Retorno da Comunidade: Os Novos Caminhos do Social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **Comunicação nos Movimentos Populares: A participação na construção da cidadania**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- _____. **Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos**. In: contemporanea | comunicação e cultura - v.11 – n.01 – jan-abril 2013, p. 138-158
- SALATA, Andre Ricardo; RIBEIRO, Marcelo Gomes. **Boletim Desigualdade nas Metrôpoles**. Porto Alegre/RS, n. 09, 2022. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/>. Acesso em: 2 de março de 2023.
- WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979.
- ZEIS JÁ. **Relatório Técnico Final ZEIS Já! Campanha Pelo Direito à Moradia e à Cidade em Salvador**. Salvador, 2021. 78p.